

ENTRE O ESPAÇO GLOBAL E O LOCAL: ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO SÓCIO-HUMANISTA DA "EXPLOÇÃO DE ESPAÇOS" NO URBANO

Matusalém de Brito Duarte
Mestrando em Geografia - UFMG
matusduartskog@hotmail.com

RESUMO

Este artigo parte de uma breve apresentação das principais teorias sobre o espaço urbano e das mudanças atuais, com a intensificação do processo chamado de "Globalização". Com este artigo, meu objetivo é fazer uma reflexão sobre o fenômeno da "explosão de espaços" de Henri Lefebvre e sua relação com a dialética local-global. Diversos elementos são inseridos, para pensarmos tais questões, como a nova organização dos territórios e dos lugares, as identidades e principalmente, a necessidade de trabalharmos em busca do desenvolvimento de um paradigma, que proporcione o desenvolvimento de teorias que enxerguem os micro espaços e façam análises mais sócio-humanistas da questão urbana e do espaço geográfico em si.

Palavras-chave: Espaço urbano; Lugar; Globalização

BETWEEN THE GLOBAL AND LOCAL SPACE: ELEMENTS FOR A REFLECTION SÓCIO- HUMANISTA OF THE "EXPLOSION OF SPACES" IN THE URBAN

ABSTRACT

This article parts from a brief presentation of the main theories about the urban space and about the current changes with the intensification of the process called "Globalization". In this article, my objective is to make a reflection about the phenomenon of the "explosion of spaces" of Henri Lefebvre and her relationship with the place-global dialectics. Several elements are inserted, to all of us think about such questions, as the new organization of the territories and of the places, the identities and mainly, the our need of working in search of the development of a paradigm, which provides the development of theories to see the micron spaces and make analyses more social-humanists of the urban question and of the geographical space itself.

Key-words: Urban space; Place; Globalization

INTRODUÇÃO

Ao longo do curso da história moderna e contemporânea, mais precisamente a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista, vários teóricos se debruçaram sobre a questão da organização do espaço geográfico, que se revela ao mundo cada vez mais urbano, fruto de um processo de industrialização que possui apenas data de nascimento, prolongando-se entre os dias atuais num futuro certo e cada vez mais "presente".

Durante este período do desenvolvimento das teorias sobre as questões expressas e impressas no espaço urbano, em especial, os paradigmas de análise econômica assumiram majoritariamente

Recebido em 13/02/2005
Aprovado para publicação em 05/03/2005

destaque nas análises espaciais e sociais. O modo de produção capitalista como objeto de estudo assume na teoria Marxista, principalmente, um importante e emergente método de análise dos processos espaciais, mesmo que não fosse este o foco principal de estudo, propondo muitas vezes explicações “macro” e de cunho economicista da questão espacial. É preciso salientar porém, que não podemos generalizar as análises dentro deste paradigma único, mesmo porque, nenhum paradigma conseguiu responder ou corresponder ao todo, e que essa pretensão não é nem deve ser seu objetivo. As abordagens clássicas porém, também partiram muitas vezes de um “olhar macro” sobre o espaço considerando as heterogeneidades como exceções à regra geral, ou melhor dizendo, à regra global.

As abordagens da Escola de Chicago, consideradas como “não-marxistas”, enfocam, principalmente em SIMMEL (1973), a questão da luta pela individualidade na metrópole através da busca de seu “destaque”. Esta análise parece querer retratar a realidade através das ações “pré-determinadas” pelas condições próprias da metrópole, um espaço que se aproxima muito daquele chamado por LEFEBVRE (1993) de “*representação do espaço*”, ou seja, àquele onde o que é concebido permite às práticas materiais. É como se uma estrutura urbana instigasse ou quase obrigasse seus indivíduos a agirem de certa forma para dele “sobreviverem” ou não. É claro que comparar esta concepção da Escola de Chicago ao conceito lefebvriano é uma redução de sua análise, mas é apenas um recurso à analogia no sentido de identificar nesta concepção teórica a passividade dos indivíduos na organização e construção espacial. Os teóricos desta escola relacionam às questões sociais com as teorias ecológicas de evolução. A sociedade é comparada às comunidades vegetais e pela disputa espacial das espécies. Park, justifica os fenômenos sociais no espaço utilizando muitas vezes as teorias de Charles Darwin, demonstrando a inexistência da consideração do homem como ser-no-mundo-com-os-outros, base da existência humana.

Este tipo de análise espacial demonstra-se um tanto fechada e parece articulada por um olhar analítico distante das particularidades e inibidor da liberdade humana defendida pelo filósofo Jean Paul Sartre. Essa abordagem busca justificar as atitudes humanas através da distribuição do homem no espaço urbano da metrópole. Muitas descrições conseguimos perceber em nossa atualidade, no transcorrer do nosso dia-a-dia corrido das metrópoles. Não podemos desprezar as teorias como ultrapassadas nem utilizar o termo “superação” ao se referir a estas análises urbanas, este termo é melhor trabalhado por Henri Lefebvre em *Metafilosofia*. Para ele:

O que se supera não se torna por isso nada... Aufheben tem na língua dois sentidos. Essa palavra significa aguardar, conservar e, ao mesmo tempo, fazer cessar, pôr fim a...O termo superado é ao mesmo tempo alguma coisa conservada e que somente perdeu sua existência imediata, mas que nem por isso está destruída (LEFEBVRE, 1967)

Sendo assim, é preciso sempre buscar na essência das teorias sua validade e, principalmente, sua contribuição no avançar das discussões.

Posterior à teoria da Escola de Chicago, ou seja, a partir da crise urbana dos anos 60, novas análises espaciais surgem. Este novo enfoque denominado como “Economia política da urbanização”, baseou-se na teoria Marxista. Nesta corrente temos teóricos importantes como Castells, que enfatiza a importância dos meios de consumo coletivo (infra-estruturas) como base para a reprodução do capitalismo, considerando o espaço urbano como uma “oficina do modo de produção capitalista”; Topalov que desenvolve também sua teoria a partir das condições gerais de produção, incluindo a sua dimensão espacial) e Lojkin que destaca a intervenção do Estado neste processo de apropriação do capital chamando a atenção para a exclusão espacial-econômica que acontece pela distribuição desigual criada pelo próprio capitalismo no processo de sua reprodução e remuneração das classes trabalhadoras. No contexto urbano da época emergem as grandes metrópoles fordistas-keynesianas, onde a reprodução do capital se intensifica e onde os meios de propiciar o avanço desta reprodução são concebidos como

fundamentais para a organização social e espacial.

O sistema urbano é considerado nesta análise como a “unidade de consumo coletivo”. Esta unidade, tão almejada pelos teóricos da Economia Política da Urbanização, uma vez que sua ausência foi criticada por eles nas teorias anteriores, é composta de todo um aparato de serviços públicos necessário ao sistema capitalista para sua reprodução: habitação, transportes, educação, saúde, etc. O Estado é um importante ator deste sistema urbano, pois é o planejador da distribuição espacial destes bens de consumo coletivo. O espaço urbano é segregacionista sim, seguindo a lógica capitalista, mas o bem-estar social é a justificativa ou o *mea-culpa* pela lógica das contradições e conflitos de classe. A ordem é não interromper a reprodução do capital, e para isso reproduzir modelos de “desenvolvimento” ideais para o transcorrer natural da estruturação do espaço capitalista, talvez o Estado por ser o grande articulador do espaço urbano, pois é ele que possui o poder de legislar, a favor de quem fica a dúvida. A lógica, porém, do capitalismo, é em primeiro lugar a lógica da acumulação e os zoneamentos urbanos dependem muito mais deste fenômeno do capitalismo do que das políticas de consumo coletivo. A idéia do coletivo não rima muito bem com a idéia da expansão capitalista.

As análises exclusivamente econômicas, como se a lógica das diferenças se apoiasse apenas nas diferentes classes sociais, fez emergir novas propostas de análise espacial, principalmente a partir dos anos 70. O esgotamento do modelo fordista-keynesiano imerso num sistema econômico baseado no aumento incessante da acumulação e a emergência de conflitos sociais entre grupos em função de raça, nacionalidade, gênero, etnia, religião e por motivos diversos abre o leque da realidade existencial e deixa a expressão das desigualdades além da simples questão econômica. Pós-estruturalistas, populistas, e diversas correntes de enfoque dito “democrático”, por considerarem a diversidade como foco de análise, aparecem como propostas de leitura da realidade espacial urbana criada no sistema capitalista, mas antes de tudo, criada no sistema social, ou seja, no espaço social. A erupção dos movimentos urbanos definidos por Castells como: processos de mobilização social com finalidade preestabelecida, organizados em um determinado território e visando objetivos urbanos, configura-se como um “denúncia” de crise urbana.

A impotência isolada das teorias anteriores e a diversificação dos processos de urbanização nos vários contextos sociais pelo mundo afora parece encerrar uma tentativa de um conjunto de análises isoladas e “macro-sociais” da realidade. O distanciamento da “modernidade” não conseguiu impedir que os *micro-espaços* se configurassem além dos zoneamentos bem como nos intra-zoneamentos. A acumulação do capital continuou, isso não se nega, a teoria supera e não suprime a anterior, mas o que este processo de acumulação não conseguiu evitar foi a chamada “explosão de espaços” de Lefebvre, que talvez fosse o medo maior dos atores envolvidos neste processo unilateral. Em sua obra “Space: social product and use value” ele aponta esta questão:

Por causa dessas contradições, encontramos-nos confrontados com um extraordinário, pouco notado fenômeno: a explosão de espaços. Nem o capitalismo nem o Estado podem manter o caótico e contraditório espaço que eles mesmo produziram. (LEFEBVRE, 1979, p. 290)

A crise que desponta revela o quão ampla é a sociedade e como é muito mais importante trabalhar a sociedade do que defini-la ou considera-la um simples elemento do espaço. Castells (1999) traz elementos para se pensar toda essa “ultra dinâmica” atual que continua sim baseada na acumulação de capitais, mas que não se resume a isso apenas. E é com base na dimensão ampla da existência, do ser-aí e do ser-com-os-outros existencial é que devemos partir para uma abertura maior, numa interdisciplinaridade maior na leitura do mundo. Como diz Castells:

O espaço não é reflexo da sociedade, é sua expressão. Em outras palavras: o espaço não é uma fotocópia da sociedade, é a sociedade. As formas e processos espaciais são constituídos pela dinâmica de toda a estrutura social. (CASTELLS, 1999, p. 500)

Diante disso é imprescindível repensar toda a questão de análises espaciais que se baseiam em somar elementos como forma de se entender o todo ou a sociedade que o constrói. A ortodoxia

de se referir ao espaço geográfico como um conjunto de objetos interpostos, ignora a realidade tal como ela se apresenta. Da mesma forma que não há como entender a sociedade sem sua relação com o seu espaço, não dá para tentarmos subtrair o espaço da sociedade para que este seja “estudado” ou “analisado”. É imprescindível e unicamente possível partir da sociedade como um todo espacializado evitando enfim a tentativa de posteriormente fazer a junção entre os dois como se fossem simples elementos somatórios de uma realidade.

A explosão de espaços: um enfoque sócio-humanista do lugar

Este brevíssimo histórico das teorias do espaço urbano nos mostra que as análises espaciais, entendidas aqui como análises do espaço urbano, partem de uma visão macro-espacial, embora busquem na maioria das vezes sua evidência empírica como forma de legitimar sua concepção. Ao falar de “visão” é importante salientar a necessidade crescente de se trabalhar com a questão do “olhar”, ou melhor, dos “olhares” e, uma “categoria espacial” ou um “fenômeno espacial”, definido por LEFEBVRE (1993) como “**explosão de espaços**”, retrata um pouco esta angústia a que nos encontramos nesta dialética pós-moderna chamada **local-global**.

As ondas do modo de produção capitalista continuam avançando sobre o espaço geográfico (des)configurando as manifestações sócio-espaciais. Neste “avançar” o homem, em muitas teorias, inclusive as de base marxista, se insere na estrutura social, e o olhar sobre si emerge de uma consciência global, de uma análise cujo o foco é o modo de produção capitalista e não o homem em si. A tentativa de criar modelos (instrumentalista, estruturalista, etc.) consegue abarcar uma certa configuração espacial mas, numa escala mais detalhada, deixam lacunas que ficam visíveis no espaço geográfico, ou melhor, na “explosão de espaços” que o próprio capitalismo cria e não consegue enfim explicar. Talvez a maior dificuldade em se considerar a relação social, de modo a realmente levar em conta os indivíduos como agentes no processo, que a todo momento se relaciona com o outro, tecendo aí uma rede de relações sociais, seja o desejo acadêmico ou teórico de se criar categorias gerais ignorando os rearranjos feitos pelo homem no desenrolar de sua existência no mundo com os outros, a todo momento.

O que busco nesta reflexão, não é ignorar as “ondas” do capitalismo. Este modo de produção é de longe o que mais imprimiu suas feições no espaço geográfico, o modificando, tendo como um dos pilares um tipo de economia aplicada à urbanização. Minha preocupação é quanto a necessidade em se considerar a emergência de um paradigma que seja capaz de considerar a realidade não como uma marca impressa na paisagem apenas, mas como uma interrelação de “olhares” que a todo momento expressam a dialética do global e o local na explosão de espaços, principalmente dos grandes centros urbanos atuais. Não um paradigma de análise urbana, mas um paradigma que seja à base para a construção de teorias de análise do espaço geográfico e do espaço urbano em específico.

Com relação a esta necessidade de valorização dos múltiplos olhares, Doreen Massey na sua obra “*Space, place and gender*” faz críticas ao “olhar unilateral” ocidental que sobrevaloriza o global, ou melhor, o capitalismo global, sem considerar as especificidades dos lugares. Em sua obra a autora argumenta:

A corrente aceleração pode ser fortemente determinada por forças econômicas, mas não é a economia sozinha que determina a nossa experiência do espaço e do lugar. Em outras palavras, existe muito mais determinando a forma como experimentarmos o espaço do que o capital é capaz de atingir. (MASSEY, 1994)

O espaço urbano se manifesta de diversas formas, os espaços explodem junto com a compressão-espaço da globalização e muitos fragmentos, muitos cotidianos se misturam no interior das grandes cidades, bem como entre as cidades. A velocidade que modifica as relações econômicas em grande parte atingem o cotidiano das pessoas, mas o que é preciso ter em mente é que a não-consciência ou não-inserção na economia global mantêm outras relações sociais superiores ao fator econômico em muitas regiões do planeta, e mesmo na inserção do capitalismo

as identidades vão se formando de diversas formas. Essa relação do cotidiano com às questões da diferença econômica pode ser considerada no contexto de análise, a preocupação é em não se isolar em extremos e criar um mundo ao invés de fazer uma leitura da realidade. Castells chama atenção para estas dimensões espaciais:

As elites são cosmopolitas, as pessoas são locais. O espaço de poder e riqueza é projetado pelo mundo, enquanto a vida e a experiência das pessoas ficam enraizadas em lugares, em sua cultura, em sua história. Portanto, quanto mais uma organização social baseia-se em fluxos históricos, substituindo a lógica de qualquer lugar específico, mais a lógica do poder global escapa ao controle sociopolítico das sociedades locais/nacionais historicamente específicas. (CASTELLS, 1999, p. 505)

A globalização não homogeneizou o espaço geográfico em nenhuma parte do mundo. As identidades cada vez mais se manifestam no espaço geográfico, na configuração dos territórios, uma vez que as identidades são marcadas por relações de poder. Castells, em “*O Poder da Identidade*” (1999) define as identidades como fontes de significado para os atores construídos por meio de processos de individuação e as classifica como “legitimadoras”: àquelas institucionalizadas; “de projeto”: a construção da identidade para redefinir a posição social do grupo e “de resistência”: àquelas que resistem à dominação buscando sua sobrevivência. Apesar da classificação, Castells deixa claro a possibilidade de mobilidade de posições entre elas, a partir do momento que as relações sociais no espaço vão se configurando.

A questão do senso ou sentido de lugar para cada homem em grande parte é desprezada também nas políticas públicas, que se apresenta normalmente numa posição de dominação política que têm, cada vez mais servido ao capital, no ambiente urbano e ignorado os diversos conflitos e as diversas identidades. Isso é reflexo da cultura ocidental que tendeu sempre a partir do senso global, muitas vezes legitimado pelo discurso da democracia. Quando se constrói uma hidrelétrica, por exemplo, sobre alguma cidade, desconsidera-se que aquele núcleo urbano é constituído por um conjunto de significações e símbolos construídos pelo entrelaçar das existências ali estabelecidas ao longo de um tempo de vivência dos moradores. A solução normalmente dada é fundamentada na lógica do capital, na lógica da remuneração. O discurso que fundamenta a remoção das famílias é a garantia de uma simples troca de locais. A solução legitimada no global convence a todos e encerra o lugar removendo-o para o “global”, como se isso fosse algo possível e fácil de se fazer.

Este exemplo pode soar exagerado e até mesmo isolado, mas a saída atual do Estado pelos “fundos” é a legitimação da impotência do mesmo em resolver os problemas criados pelo avanço das diferenças, pela explosão dos espaços respingados nos guetos, favelas, violências, movimentos sociais, caos urbano, pobreza, diferenças, que antes se concentrava cercado nos espaços pré-determinados em troca de bens coletivos. O avanço da acumulação e do fortalecimento de certas identidades em relação a tantas outras não se mantêm mais controlável num espaço, num lugar. A heterogeneidade que emerge na globalização não é fruto dela, este momento é que é consequência de tentativas anteriores de criar um espaço “ideal” para o capitalismo. Um espaço de reprodução, porém o homem não mais só reproduz. Rogério Hasbaert ao falar deste momento atual completa:

A convivência com o conflito e a conseqüente busca permanente de novas alternativas para uma sociedade menos opressiva e exploradora – onde efetivamente se aceite que o homem é dotado não apenas do poder de reproduzir – mas sobretudo de criar, e que a criação é suficiente aberta para não se restringir às determinações da razão. (HASBAERT, 2002, p. 41)

Este descontrole ou esta explosão de espaços passa a ser entendida quando o homem passa a ser visto como ser-no-mundo e identificado como ator máximo da organização do espaço geográfico e do espaço urbano principalmente. As metrópoles carregam a carga do mundial, do global, e com esta gama de possibilidades circulando pelos sujeitos acaba acentuando as diferenças e reforçando as identidades que aparecem como oportunidades para se sobressair

nesta todo planetário que “deseja” seguir as ordens capitalistas-globalizantes. Como diz Rogério Hasbaert:

Somos estranhos uns aos outros, mas buscamos constantemente resguardar um espaço dentro da urbe onde sejamos comuns e conhecidos, onde nossos signos encontrem reciprocidade. Somos habitantes desta confusa rede metropolitana, mas forjamos uma cartografia particular de seu traçado. (HASBAERT, 2002, p. 94)

Com esta citação, este autor vem de encontro a idéia de Milton Santos, em “A Natureza do Espaço”, onde ele fala que os lugares são virtualmente mundiais mas também irrecusavelmente imersos numa comunhão com o mundo, tornando-se exponencialmente diferente dos demais.

Não quero porém desvincular ou desconsiderar a interferência do global no cotidiano das pessoas e na interferência do lugar. Até mesmo na África, onde a economia global pouco se manifesta, vemos o reflexo negativo da globalização econômica. A globalização está posta, mas o que precisa ficar claro é que o homem é um projeto, assume uma identidade, é como diz Sartre: “o homem não possui a liberdade como uma propriedade, mas antes, pelo contrário: a liberdade, o ser-aí, ek-sistente e desvelador, possui o homem.”¹

Esta transição nebulosa de pensamentos, paradigmas, relações sociais nos leva a rever teorias e principalmente a buscar formas de se aproximar da realidade, que a ciência julgava (e muitas vezes ainda julga) tê-la sob controle, mas que na verdade se encontra sem respostas e cada vez mais distante. As reflexões sociais não ficaram fora desta pretensão e acabaram desprezando a realidade, vista muitas vezes como “senso comum” para se adentrar num conjunto de signos e símbolos desconhecidos e difíceis sob o rótulo de explicação da realidade.

A emergência de discussões de cunho sócio-espacial e de teorias existenciais vieram chamar a atenção para uma revisão dos modelos explicativos dentro das ciências sociais, inclusive à Geografia. O cotidiano e os lugares ganham um enfoque na “pós-modernidade” e o homem “em-si” enfim é “descoberto” como o principal envolvido e interessado na organização social, política, econômica e cultural. A tentativa de se fechar em “pontos de vista” ou em teorias únicas já desponta como tentativa frustrada e de pouca contribuição para o desenvolvimento de reflexões direcionadas à *práxis*. O homem não é um ser unicamente reprodutivo, ele é muito mais na dinâmica espacial. O espaço não é unicamente global para o homem, este se encontra no lugar, é lá que ele vive. A dialética local/global não é simples de se resolver, mas é necessária de se entender. Milton Santos completa:

O lugar é o quadro de uma referência pragmática do mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diretas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 1996, p. 322)

Este processo atual de mudanças nas análises espaciais é um momento de refletir sobre todas estas dimensões da existência, partindo e retomando sempre à questão do homem e pra isso reportando-se às diversas dimensões espaciais de sua existência, entendida como um processo ativo social de relações na gama material e na dinâmica constante do ser-no-mundo-com-os-outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do capitalismo e a aceleração do processo de urbanização em todo o mundo tem acontecido numa velocidade superior à possibilidade de resolver ou amenizar os impactos sofridos nos lugares, pelo homem, diante de uma urbanização desigual. As contradições se entrelaçam e se misturam cada vez mais próximas e distantes, dependendo do “olhar”. A essência

¹ citado em LAPORTE, Anna Maria. Existencialismo: uma reflexão antropológica e política a partir de Heidegger e Sartre. Curitiba: Juruá, 2000. (p. 74)

humana continua a mesma, assumindo o homem como projeto livre, como ser que busca uma identidade quer seja legitimadora, de resistência ou de projeto, a todo momento, como forma de existir para-si e para o outro. Não há homem fora do social, e esta diversidade que se acirra no processo atual de globalização tem trazido conseqüências difíceis de mudar ou controlar, muitas vezes perversas para o convívio inter-identidades. As questões espaciais caminham ao nível econômico, embora estejam na contradição posta pela questão territorial e ambiental. O questão do poder hoje vai além da diferença econômica, embora este fator acabe intensificando algumas reivindicações de minorias.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (p. 467-521)
- CASTELLS, M. O poder da identidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- HAESBART, Rogério. Territórios Alternativos. São Paulo: Contexto, 2002.
- LAPORTE, Anna Maria. Existencialismo: uma reflexão antropológica e política a partir de Heidegger e Sartre. Curitiba: Juruá, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. Metafilosofia. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967.
- _____. Space: social product and use value. In: J. FREIBERG (ed.) Critical sociology: European perspective. New York: Irvington Publishers, 1979.
- _____. The production of space. Oxford: Blackwell, 1993. 3a. Edição na língua inglesa.
- MASSEY, Doreen. Space, place and gender. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1994.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Gilberto (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 11-25.